

Dois brasileiros voltam dos Estados Unidos com más notícias

O ex-ministro Pratini de Moraes, da Indústria e do Comércio, e o presidente da Anbid (Associação Nacional dos Bancos de Investimento), Ary Waddington, voltaram pessimistas dos Estados Unidos quanto à solução dos problemas econômico-financeiros do Brasil.

O deputado Pratini de Moraes (PDS-RS) disse que "vamos ter de trabalhar dobrado por causa da irresponsabilidade da política fiscal norte-americana" enquanto Waddington comentou que "não há hipótese otimista que viabilize o Brasil em cinco anos".

Rédea curta

Pessimista com as perspectivas da economia mundial, Pratini advertiu ontem em Brasília:

"— O Brasil tem de se convencer de que precisa sair sozinho de suas dificuldades. Não podemos esperar milagres, coddernência do FMI ou generosidade dos banqueiros internacionais se continuarmos com uma inflação de 160% ao ano e com um déficit público gigantesco. Enquanto perdurá essa situação, vão-nos tratar com rédea curta, como se diz no Rio Grande do Sul. No momento, porém, em que controlarmos a inflação e o déficit do governo, poderemos renegociar a dívida noutro patamar.

E acrescentou o ex-ministro da Indústria e do Comércio:

"— Voltei pessimista com as possibilidades de reativação da economia mundial, a curto prazo. Não há indicações disso. Existe, é certo, melhoria na economia norte-americana, não na economia do mundo. O comércio exterior não vai crescer, as taxas de juros

persistirão crescendo e o dólar vai continuar alto, disse ele.

Segundo Pratini, "a política fiscal norte-americana é irresponsável, enquanto sua política fiscal é muito rigorosa. Como resultado, temos o dólar muito forte, juros altos e o dinheiro do mundo correndo para os cofres dos Estados Unidos".

13 OUT 1983

Intransigência

O presidente da Anbid afirmou ontem no Rio que os pequenos bancos regionais dos Estados Unidos e da Europa estão intransigentes quanto a qualquer tipo de nova ajuda financeira ao Brasil, porque consideram inviável uma solução de curto prazo para a renegociação da dívida externa.

Com base em observações feitas durante a reunião de governadores do Fundo Monetário Internacional, Waddington ressaltou que essa situação foi criada pelos próprios grandes bancos credores que, no desejo de reduzir os seus riscos, buscam soluções imediatistas. Segundo explicou, ao agirem dessa forma, os grandes bancos credores terão de concentrar, ainda mais, o volume de empréstimos de que o Brasil precisará para renegociar a sua dívida externa, implicando, necessariamente, o acréscimo dos riscos.

Um caso difícil

Após afirmar que "não há hipótese otimista que viabilize o Brasil em cinco anos", o presidente da Anbid disse que o principal problema do Brasil junto à comunidade financeira internacional, no momento, é o fato de constar diariamente no noticiário da imprensa mundial "como um caso de difícil solução".

Em sua opinião, a forma de negociação que está sendo adotada pelos próprios credores, "de não aceitar logo uma solução de prazo longo, está produzindo um clima de intranqüilidade muito pouco recomendável para o Brasil, porque soluções de curto prazo são incompatíveis com a situação estrutural da economia do País".

Para Waddington, os problemas estruturais da economia brasileira são decorrentes de erros de planejamento, lembrando que não se pode imaginar, por exemplo, a construção da usina hidrelétrica de Itaipu com recursos financeiros de quatro anos, para um projeto de 20 anos. Assim, "a recuperação do Brasil junto à comunidade financeira internacional só se dará após o ano 2000".

Indexação

Também com base em observações pessoais durante a reunião do FMI, o presidente da Anbid afirmou que não ouviu, em nenhum lugar, alguém justificando a necessidade do Decreto-Lei nº 2.045, que limita os reajustes salariais em 80% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), para a viabilização das metas de recuperação econômica brasileira, prometidas na carta de intenção encaminhada ao Fundo:

Muito pelo contrário, existe uma preocupação muito grande quanto ao excesso de indexação na economia, principalmente nos salários. Além do mais, tanto o diretor-geral do FMI como o presidente Ronald Reagan, em seus pronunciamentos, condenaram violentamente as tentativas de combate à inflação através da adoção de medidas de efeitos artificiais.